

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.034 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2000

## PLENÁRIO PRESTA HOMENAGEM AOS 40 ANOS DA SUDENE

PÁGINAS 6 E 7



O presidente do Paraguai, Luis Angel González Macchi, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto). Macchi está em visita ao Brasil acompanhado por vários integrantes de seu governo.

PÁGINA 2



Na reunião da CCJ, os senadores aprovaram também projeto que prevê demissão de servidores por insuficiência de desempenho

## CCJ aprova projeto da previdência complementar

Proposta de regulamentação mantém a redação da Câmara dos Deputados e ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais antes de ser submetida ao Plenário



## CAE autoriza US\$ 250 milhões para ensino médio

PÁGINA 4

Durante a reunião de ontem, senadores aprovaram relatório favorável à operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem parecer favorável ao projeto que regulamenta a previdência complementar no país. O texto já apreciado pela Câmara dos Deputados não sofreu emendas. O futuro sistema restará acessível a 48 milhões de trabalhadores que hoje não participam de nenhum sistema de poupança previdenciária.

PÁGINA 3

Brasil 500



# Senado aprova urgência para fundo contra pobreza

Antes da votação em primeiro turno, proposta será discutida pelos senadores durante cinco sessões, a partir de hoje

Começa hoje, no Plenário, a discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Foi aprovado ontem requerimento de urgência para votação da PEC, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será debatida pelos senadores durante cinco sessões para ser votada em primeiro turno.

Antes da votação do requerimento, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) havia apresentado a proposta de um debate prévio entre as lideranças partidárias. Segundo o senador, os partidos de oposição não estariam

satisfeitos com o substitutivo aprovado na quarta-feira pela CCJ. Para ele, o texto não define com clareza de onde virão os recursos para dotação do fundo.

— A proposta inclui parcela do imposto sobre grandes fortunas, e o governo já deu sinais de ser contrário à adoção desse imposto. Acredito que será melhor não precipitar uma votação sem que o assunto esteja devidamente esclarecido — argumentou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não acatou a proposta, argumentando que uma PEC exige cinco sessões de discussão, antes de ir votação, dando a todos os senadores e líderes partidários amplas

oportunidades de debater a questão.

O substitutivo a ser apreciado pelo Plenário, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), prevê a duração de dez anos para a vigência do fundo e inclui entre suas fontes de financiamento a alíquota adicional de 0,08% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), válida por dois anos. Também prevê que o fundo será formado por receitas obtidas pelo governo com a economia de juros reais proveniente das privatizações, além de dotações orçamentárias e doações. Depois de votada no Senado, a matéria será remetida para a apreciação da Câmara dos Deputados.



Antonio Carlos congratulou Luis Macchi pela superação das dificuldades

## ACM recebe visita do presidente do Paraguai

O presidente do Paraguai, Luis Angel González Macchi, foi recebido ontem pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, no Salão Nobre do Senado Federal.

O encontro faz parte da agenda da visita de Macchi ao Brasil. O presidente paraguaio assumiu em março do ano passado, em virtude da renúncia de seu antecessor, e Antonio Carlos congratulou-o pela superação das di-

ficultades que marcaram o início de seu mandato.

Macchi veio ao Brasil acompanhado dos ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Obras Públicas e Comunicações, Indústria e Comércio, do chefe do Gabinete Militar e dos secretários da Presidência. Também faziam parte da comitiva o diretor-geral de Itaipu e outras autoridades ligadas ao setor elétrico.

## Senador defende mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem celeridade na votação da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas com a revisão de alguns dispositivos, entre eles o relativo ao aval da União para a concessão de empréstimos externos aos estados:

— Há pontos que ainda podem ser discutidos, mas o que se deve fazer é votar e, nesse ínterim da votação, se discutem alguns pontos. Eu, por exemplo, acho que o aval que se pede para os estados é absurdo — disse.

O senador também reafirmou sua posição favorável à concessão de vantagens ao capital nacional no leilão de privatização do Banespa.

— Eu acho que não poderemos financiar com recursos brasileiros qualquer banco estrangeiro, e acho que se deve encontrar alguma vantagem para os bancos nacionais. A preferência deveria ser dos bancos nacionais, mas não se pode impedir a participação de grupos internacionais num leilão — afirmou.

**SALÁRIOS**

Sobre a perspectiva de reinício dos entendimentos sobre teto salarial, o

presidente do Senado declarou que mantém sua tese de que deve-se aumentar o salário dos que ganham menos para, só então, rever os tetos dos que ganham mais. Ele esclareceu que a campanha pelo salário mínimo de US\$ 100 não é do PFL, e sim de setores do partido, mas que, pessoalmente, concorda com a meta.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 2000

### PLENÁRIO

#### 9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da "Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios judiciais; Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; "Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; e "Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 43/99, que aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul.

## Termina hoje discussão de proposta que altera o pagamento de precatórios

O Plenário do Senado realiza hoje o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que determina o parcelamento em até dez anos dos precatórios resultantes de débitos instaurados até 31 de dezembro de 1999. Relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), o texto aprovado previamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que os precatórios só serão pagos quando resultarem de débitos provenientes de sentenças para as quais não existam mais recursos.

Na sessão de quarta-feira, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentaram emenda à matéria, propondo o fim da obrigatoriedade de inclusão nos orçamentos das entidades públicas de recursos para o pagamento de precatórios. O texto original determina que esses débitos devem ser incluídos no orçamento das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte.

### DRU

Os senadores também realizaram ontem o primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que institui a Desvinculação das Receitas da União.

A proposta estabelece que 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União são desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. O DRU substitui o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que vigorou até o final do ano passado, e permitia que a União tivesse liberdade para alocar 20% de sua arrecadação de acordo com o que julgasse mais urgente.

Diferentemente do FEF, a emenda em discussão não atinge o Fundo de Participação dos Estados nem o Fundo de Participação dos Municípios. Também não incide sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o Imposto Territorial Rural (ITR); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de mercadorias para exportação; e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre transações com ouro.

## Esforço marca votação das últimas matérias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou a realização de sessões deliberativas da Casa hoje e na segunda-feira. Ele fez um apelo aos senadores para que compareçam às sessões, por haver matérias urgentes para votação. "Precisamos cumprir nossa parte na convocação extraordinária", ressaltou. Antonio Carlos anunciou, ainda, que será na próxima terça-feira, às 11 horas, a sessão solene de abertura dos trabalhos da 52ª Sessão Legislativa do Congresso Nacional. "Em seguida, teremos uma semana de recesso a que todos os parlamentares fazem jus. Mas, infelizmente, alguns setores do país não compreendem essa necessidade."

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ aprova regulamentação da previdência complementar

Relator do projeto, senador Francelino Pereira destacou que hoje 48 milhões de trabalhadores não participam de nenhum sistema fechado de poupança previdenciária. Matéria ainda irá à CAS antes de seguir para o Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável ao projeto de lei complementar que regulamenta a previdência complementar. O parecer mantém a redação aprovada pela Câmara dos Deputados. A matéria, que faz parte da segunda etapa



Francelino espera que sistema propicie recursos para habitação

da reforma da Previdência, deve ser ainda avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de seguir para o Plenário.

O relator do projeto, senador Francelino Pereira (PFL-MG), destacou o público potencial de 48 milhões de trabalhadores que não participam de nenhum sistema fechado de poupança previden-

ciária. Para o parlamentar, a previdência complementar, por ser uma poupança de longo prazo, pode resolver os problemas de falta de recursos para a habitação e para obras de infra-estrutura.

A CCJ aprovou uma emenda de redação, apresentada pelo relator. A emenda apresentada pelo senador

Eduardo Suplicy (PT-SP), detalhando normas para punição e apresentação de recursos, foi rejeitada. O projeto cria uma diferença básica entre as entidades de previdência complementar. Elas podem ser fechadas, nas quais há um vínculo prévio entre os participantes, e abertas, nas quais não é necessário nenhum vínculo anterior.



Projeto aprovado pela CCJ também define quais são as carreiras típicas de Estado

## Vai a Plenário proposta que disciplina perda de cargo por insuficiência de desempenho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que disciplina a perda de cargo de servidores estáveis por insuficiência de desempenho. O projeto também define quais são as carreiras típicas de Estado.

A matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, segue para apreciação do Plenário. O relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), aumentou a relação das categorias de servidores públicos que passam a contar com a estabilidade (*ver quadro*). Com a alteração, o projeto, se aprovado no Senado, deverá retornar à Câmara.

De acordo com o relator, a inclusão de carreiras no projeto foi precedida de entendimento com o Poder Executivo, que se comprometeu a pedir urgência para a nova tramitação na Câmara. Pelo texto aprovado na CCJ, o servidor público estável terá de se submeter a uma avaliação anual de desempenho, obedecidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa. Essa avaliação irá verificar o cumprimento das normas de procedimento e conduta no desempenho das atribuições, assim como a produtividade, a assiduidade e a pontualidade e a disciplina no trabalho.

A avaliação será feita por uma comissão composta por quatro servidores, sendo um deles o seu chefe imediato e outro indicado pelo avaliado. Assegurada ampla defesa e um recurso com efeito suspensivo à autoridade máxima do órgão a que estiver vinculado, o servidor será demitido se obtiver dois conceitos de desempenho insuficiente sucessivos ou três conceitos em um perí-

odo de cinco anos.

Foram apresentadas 51 emendas, das quais 39 foram aproveitadas parcialmente pelo relator. De las, 45 referiam-se à inclusão, no texto do projeto, de novas carreiras típicas de Estado.

A CCJ aprovou a supressão da expressão "de nível superior" do quadro de pessoal do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Destaque nesse sentido foi requerido pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Para o parlamentar, a expressão seria uma injustiça com os técnicos agrícolas do órgão, já que os engenheiros agrícolas, que trabalham em função semelhante, integrariam uma carreira de Estado.

## Projeto inova em vários pontos

O projeto de lei que regulamenta a previdência complementar introduz a figura da portabilidade, instrumento pelo qual o participante de uma entidade de previdência poderá transferir sua poupança acumulada para o plano de benefícios de outra entidade, aberta ou fechada, em razão do término de seu vínculo com o patrocinador ou instituidor. No entanto, essa portabilidade somente poderá transferir recursos entre os fundos de previdência complementar, sendo proibido o trânsito dos recursos entre os participantes.

Outra novidade é o benefício proporcional diferido (conhecido por *vesting*), que possibilita ao beneficiário optar pelo recebimento futuro de um benefício, proporcional às suas contribuições, em razão do fim do vínculo empregatício com o patrocinador ou instituidor ocorrido antes da aquisição do direito ao benefício pleno. O projeto institui ainda os planos de contribuição definida e contribuição variável, dando ao órgão regulador a incumbência de normatizar novas formas de planos.

O texto aprovado na CCJ prevê mais de 50 atribuições para o órgão regulador e fiscalizador das entidades de previdência estabelecidas no projeto. Mas sua criação também dependerá de lei complementar, con-

forme o artigo 192 da Constituição. Até lá, o projeto determina que suas funções sejam exercidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar e Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e também pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e Superintendência de Seguros Privados, do Ministério da Fazenda.

Entre as atribuições do órgão estão desde a criação de padrões de segurança atuarial — isto é, o cálculo das contribuições tendo em vista o universo de beneficiários —, índices de solvência e liquidez, prazos de carência e até a decretação de intervenção ou liquidação extra-judicial da entidade de previdência.

A Câmara retirou do projeto original a obrigatoriedade do resseguro — isto é, a contratação de um seguro que garanta o pagamento dos benefícios —, deixando para o órgão regulador determinar sua imposição, caso a caso. Se decretada a liquidação extra-judicial da entidade de previdência complementar, terá prioridade o pagamento de créditos trabalhistas e tributários, vindo a seguir o dos benefícios.

A proposta possibilita a inclusão de entidades do poder público entre os patrocinadores de entidades de previdência complementar, antes restritos às empresas privadas.

### CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

#### Carreiras aprovadas pela Câmara e mantidas na CCJ

advogado-geral da União;  
defensor público da União;  
juiz do Tribunal Marítimo;  
procurador da Fazenda Nacional;  
procurador da Procuradoria Especial da Marinha;  
analista, inspetor e agente executivo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);  
analista técnico e agente executivo da Susep;  
auditor-fiscal da Previdência Social, auditor-fiscal e técnico da Receita Federal;  
especialista do Banco Central do Brasil;  
fiscais de defesa agropecuária, de tributos, de proteção do meio ambiente e do trabalho;  
analista e técnico de finanças e controle, analista e técnico do orçamento;  
especialista em políticas públicas e gestão governamental;  
técnico de planejamento (Código P-1501), técnico de planejamento e pesquisa do Ipea e demais quadros de provimento efetivo de nível superior ou intermediário integrantes dos quadros de pessoal dessa fundação destinados à elaboração de planos e orçamentos públicos;  
policial federal, policial rodoviário federal e ferroviário federal;  
diplomata;  
policial civil federal e agente fiscal federal.

#### Carreiras incluídas no parecer da CCJ

servidores da carreira de pesquisa em ciência e tecnologia, tecnólogo e técnico da carreira de desenvolvimento tecnológico, analista em ciência e tecnologia e assistente da carreira de gestão, planejamento e infra-estrutura em ciência e tecnologia do plano de carreira da área de ciência e tecnologia;  
oficial de chancelaria;  
sanitarista;  
fiscal de cadastro e tributação rural e demais cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Incra destinados às atividades de reforma e desenvolvimento agrário, assentamento e desenvolvimento rural, fiscalização, avaliação e controle do cadastro rural;  
restaurador, arquiteto, técnico em assuntos culturais, técnico em assuntos educacionais, técnico de nível superior, analista, técnico e analista consultor do Iphan;  
fiscal da legislação nuclear;  
servidores da carreira de tecnologia militar;  
sertanista, assistente social, antropólogo, museólogo, sociólogo, pesquisador, técnico de nível superior e técnico em indigenismo da Funai;  
analista de comércio exterior.

# CAE autoriza empréstimo junto ao BID para financiar o ensino médio

Os US\$ 250 milhões obtidos no Banco Interamericano de Desenvolvimento serão utilizados pelo governo em programa de melhoria e expansão do 2º grau em todo o país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem relatório do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) favorável ao pedido de autorização do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 250 milhões. Os recursos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), serão utilizados no financiamento parcial do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed). O relatório foi lido pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Arruda informa, em seu relatório, que os recursos financiarão programas nos estados que iniciem o processo de discussão e implementação da reforma do ensino médio em todos os seus aspectos. Na avaliação do senador, as ações desenvolvidas a partir do Promed contribuirão para a melhoria na qualidade do ensino e do rendimento dos alunos, além de aumentar o número de novas vagas nas escolas. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que havia pedi-

do vista da matéria na terça-feira, votou pela sua aprovação.

A CAE também aprovou relatório do senador José Eduardo Dutra favorável ao reescalonamento das dívidas da República do Cabo Verde com o Brasil, no valor de US\$ 7,2 milhões. As dívidas foram contraídas no âmbito do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar, por força da Lei n.º 8.187/91, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Pelo projeto de resolução aprovado na comissão, o Brasil dará um desconto de US\$ 4,4 milhões, que é o valor referente aos juros de mora que Cabo Verde teria que pagar. Os restantes US\$ 2,8 milhões deverão ser pagos em 20 parcelas trimestrais iguais de US\$ 143,7 mil. José Eduardo Dutra registrou que se não houvesse o reescalonamento, dificilmente o Brasil teria condições de receber o que lhe é devido.



Na mesma reunião da CAE, presidida por Ney Suassuna, foi aprovado o reescalonamento da dívida de Cabo Verde com o Brasil

## Aprovados recursos do BNDES para Belo Horizonte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem relatório do senador Freitas Neto (PFL-PI) favorável à contratação de empréstimo pela prefeitura de Belo Horizonte (MG) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos, de R\$ 4,4 milhões, serão utilizados no financiamento da modernização da administração tributária municipal. Também foi aprovado pedido de urgência na tramitação da matéria.

Aproveitando a presença do secretário de Fazenda de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, na reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que ele especificasse de que maneira os R\$ 4,4 milhões seriam aplicados. O secretário informou que o dinheiro seria utilizado na compra de equi-



Freitas Neto relatou favoravelmente à contratação do empréstimo

pamentos de informática mais modernos para a fiscalização e para o atendimento aos contribuintes, a promoção de cursos e treinamento para os fiscais e a aquisição de veículos e equipamentos de rádio-comunicação.

Fernando Pimentel explicou que os recursos fazem parte de uma linha de crédito do BNDES destinada a financiar a modernização das administrações e aparelhos de tributação dos estados e municípios. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse conhecer o programa do BNDES e registrou que ele foi criado por iniciativa do senador Paulo Hartung (PPS-ES), quando ocupou um cargo diretivo na instituição. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também defendeu a aprovação do projeto.



Suplicy e Tuma irão a Araraquara, no interior de São Paulo, para discutir as relações entre os produtores de laranja e os fabricantes de suco

## Comissão indica Suplicy e Tuma para participarem de audiência em SP

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), designou ontem os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) para representarem a comissão em uma audiência pública que deverá ser realizada no dia 25 de fevereiro ou 17 de março, em Araraquara (SP), para examinar a situação dos produtores de laranja e fabricantes de suco.

A audiência foi motivada por requerimento apresentado por Suplicy e aprovado pelos demais membros da CAE, para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) examinasse a relação entre as indústrias de suco de laranja e os produtores. O senador por São Paulo explicou que já manteve con-

tato com o presidente do Cade, Gesner Oliveira, e com os prefeitos das cidades paulistas de Araraquara, Matão e Mogi-Mirim. Segundo ele, todos concordaram com a importância da realização da audiência pública e se prontificaram a colaborar.

Antes do encerramento da reunião da CAE, a última durante o período da convocação extraordinária, Ney Suassuna pediu aos senadores que trouxessem sugestões de temas a ser debatidos pela comissão na próxima legislatura. Ele antecipou que serão agendados debates sobre siderurgia, petroquímica e aviação. "Nossa comissão não é só para votar resoluções e processos, mas também para aprofundar as discussões sobre assuntos econômicos de interesse nacional", afirmou.

## Limitação das MPs pode ser promulgada parcialmente

Estudos conjuntos das Mesas do Senado e da Câmara poderão resultar na promulgação parcial da proposta de emenda constitucional que disciplina a edição e tramitação das medidas provisórias. A alternativa foi divulgada ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

De acordo com esses estudos, seriam promulgados, imediatamente, aqueles dispositivos já aprovados pelas duas Casas em dois turnos de votação. Prosseguiria normalmente a apreciação dos que ainda se encontram em exame na Câmara. Antonio Carlos lamentou o fato de a Câmara não ter votado a matéria durante a convocação extraordinária, "não por culpa do presidente Michel Temer, mas talvez de algumas lideranças":

— Apesar dos esforços de Michel Temer, a Câmara tem uma dívida com o país: a limitação das medidas provisórias — afirmou.

## ACM envia caso Estevão ao Conselho de Ética

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que, por decisão da Mesa, a representação contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentada pelos partidos de oposição foi encaminhada ao Conselho de Ética, o qual terá prazo de 60 dias para manifestar-se sobre o assunto, ficando a palavra final com o Plenário.

Em ofício enviado ao presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos esclareceu que não convocaria reunião da Mesa para discutir a matéria porque a maioria absoluta dos seus integrantes — quatro em sete — já havia se pronunciado:

— Julgo desnecessária essa reunião, uma vez que eu também me incluo entre os que opinaram que a audiência do conselho é legal e indispensável.

No mesmo documento, Antonio Carlos enfatizou que o encaminhamento da representação ao Conselho de Ética tinha o objetivo de evitar prejuízo para a imagem do Legislativo:

— Assim o faço para que não haja protelação de um processo tão importante, uma vez que, a cada dia que transcorrer sem solução — qualquer que seja ela —, haverá um maior desgaste para o Senado Federal e para o Congresso Nacional — disse.

## PFL cria comissão para estudar aumento do salário mínimo

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PFL-PI) anunciou ontem, em Plenário, a decisão do partido de criar uma comissão de quatro membros para estudar a proposta de aumento do salário mínimo para US\$ 100, apresentada, na reunião da Executiva do partido de quarta-feira pelo deputado Luiz Antonio Medeiros (PFL-SP).

Napoleão leu uma nota do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC) afirmando que o partido reconhece as necessidades do trabalhador brasileiro, mas está consciente das repercussões do reajuste, principalmente nas contas da Previdência Social, dos governos estaduais e das prefeituras municipais:

— O PFL aguardará o estudo final da comissão para apresentar, como é seu dever, sugestões definitivas e concretas sobre o assunto de tal relevância. O partido está enfrentando a discussão sem pretender vantagens eleitorais, sem abrir mão de sua permanente luta pela austeridade, mas procurando a melhor solução para o assunto — diz a nota.

Hugo Napoleão anunciou, ainda, que a Comissão do PFL será formada pelo vice-presidente do partido, senador José Jorge (PE), e pelos deputados Vilmar Rocha (GO), Werner Wanderer (PR) e o próprio Luiz Antonio Medeiros.

O senador Eduardo Suplicy (PT-



Hugo Napoleão: partido reconhece as necessidades do trabalhador brasileiro

SP) argumentou que fixar uma meta para o salário mínimo em dólar pode incentivar a dolarização da economia, medida que o PT combate. Para ele, seria melhor estabelecer uma meta de R\$ 180 reais com uma cláusula de reajuste que mantenha seu poder aquisitivo. “Na verdade, é preciso recuperar o valor do mínimo em relação ao PIB, mesmo que ele tenha subido pouco nos últimos anos”, ressaltou.

Segundo Suplicy, é urgente estabelecer um abono para camadas de baixa renda, “fato que até o PFL reconhece em seu programa de ação, na página 49”. Ele voltou a defender um programa de renda mínima que garanta a todo brasileiro o básico para sua sobrevivência, como um direito de cidadania.

## Antero pede medidas contra trabalho escravo

Em apelo dirigido ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) solicitou medidas urgentes contra a utilização de trabalho escravo na Fazenda Inajá, localizada no município de São José do Xingu (MT). A solicitação foi feita no momento em que ocorria audiência do ministro para tratar do assunto, conforme informação do senador.

A prática de trabalho escravo na Fazenda Inajá foi noticiada em 21 de janeiro e, no mesmo dia, o senador solicitou ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, o envio de fiscais ao local. De acordo com Antero, os fiscais estiveram no local acompanhados de poucos po-



Antero de Barros dirigiu seu apelo ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles

liciais, mas o grande número de jagunços da fazenda impediu a entrada das autoridades.

# Infra-Estrutura vai debater transporte aéreo no país

Audiência pública reunirá o comandante da Aeronáutica e os presidentes da Infraero e das quatro empresas nacionais de aviação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidando o comandante da Aeronáutica, o presidente da Infraero e os presidentes das quatro empresas aéreas brasileiras para que expliquem o endividamento do setor, as notícias sobre fusão de empresas, preços das passagens e queixas de passageiros.

Também foi aprovado pela comissão requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) solicitando audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que o ministro dos Transportes, o diretor do DNER, e os presidentes da Confederação Nacional dos Transportes e da Associação das Concessionárias de Rodovias possam debater com os senadores o modelo de concessão de rodovias. Segundo o senador, o modelo atual não agrada os usuários e ninguém consegue ter acesso aos contratos de concessão para conhecer seus termos.

Osmar Dias também anunciou que apresentará em breve dois projetos de lei para regular melhor as concessões de rodovias. O primeiro projeto, explicou o senador, obriga o concessionário a publicar no *Diário Oficial (DO)* o respectivo contrato de concessão e um balanço trimestral. Com isso, o senador espera

conseguir acesso aos contratos, que chamou de “verdadeiras caixas-pretas”, e saber se o preço cobrado nos pedágios é justo.

O outro projeto determina que, antes de qualquer privatização ou concessão, seja feito um relatório de impacto econômico e social. Segundo Dias, esse tipo de relatório poderia orientar as decisões do Congresso Nacional e ajudaria a so-

riar que as concessionárias de rodovias, além de publicar os contratos e balanços no *DO*, também os encaminhem ao Congresso Nacional e às assembleias estaduais. Geraldo Lessa (PSDB-AL) assinalou que as agências internacionais de desenvolvimento já exigem um estudo sócio-econômico dos projetos que financiam e Arlindo Porto (PTB-MG) disse que esse acompanha-



Comissão de Infra-Estrutura também aprovou requerimento para realização de audiência pública conjunta com a CAE sobre privatização das rodovias

cidade a se posicionar melhor.

Gerson Camata lembrou que após a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) a nova empresa desmontou todos os equipamentos anti-poliuição instalados no porto de Vitória, demitiu metade dos funcionários e só fez enriquecer os seus donos. “E ainda ganharam um prêmio ISO 9000. Daqui a dez ou 15 anos, o governo vai acabar tendo que comprar tudo de volta”, afirmou Camata.

Gilvam Borges (PMDB-AP) sugere-

mento é importante, pois as privatizações ainda não terminaram e as promessas feitas pelo governo não foram cumpridas.

Alberto Silva (PMDB-PI) pediu que a comissão encaminhasse sugestão ao Ministério dos Transportes para que inclua entre os integrantes da Agência Nacional de Transportes, que está sendo criada, os funcionários que compõem o corpo técnico da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e que foram demitidos.

## Subcomissão acompanha limpeza da baía de Guanabara

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadora Emília Fernandes (PDT-RS) designou ontem os integrantes da subcomissão criada para acompanhar os trabalhos de limpeza da baía de Guanabara, que foi poluída por um vazamento de óleo da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras. Os integrantes da subcomissão são os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Arlindo Porto (PTB-MG), Geraldo Lessa (PSDB-AL), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

## Saturnino entrega relatório do Fundo de Telecomunicações

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), composto pela contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. Saturnino rejeitou todas as emendas apresentadas.

Geraldo Cândido (PT-RJ) elogiou o trabalho de Saturnino, mas alegou que a discussão sobre o tema está pouco aprofundada diante da magnitude e da complexidade do projeto, e solicitou vista. Os demais integrantes da comissão também pediram vista da matéria.

O relator explicou que o Fust destina-se a cobrir parte dos cus-

tos relativos ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser cobertos com a exploração dos serviços. Assim, os recursos custearão desde os gastos das empresas com o atendimento de localidades com menos de 100 habitantes até o subsídio a escolas, universidades e bibliotecas, além do atendimento às necessidades específicas de portadores de deficiência.

Saturnino disse que a arrecadação já deveria ter sido iniciada em 1999 e que, por isso, o Fust deixou de arrecadar cerca de R\$ 760 milhões, pois a maior parte dessa receita decorre de privatização e de parcelas que estão sendo amortizadas do processo de privatização.

# Plenário homenageia Sudene pelos 40 anos

O Senado prestou ontem homenagem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pelos seus 40 anos de fundação. O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, o superintendente da Sudene, Marcos Formiga, e diretores da instituição estiveram presentes à sessão. O senador Francelino Pereira, autor do requerimento

de homenagem, salientou a participação da superintendência na mudança econômica e social do Nordeste. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu estímulos ao desenvolvimento da região e acrescentou que a Sudene deve ser modernizada, para não se tornar “um órgão a mais na estrutura administrativa do país”

## Francelino Pereira destaca mudança na fisionomia econômica e social do Nordeste

Autor do requerimento de homenagem à Sudene pelos seus 40 anos de fundação e primeiro orador a falar, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a instituição mudou a fisionomia econômica e social do Nordeste. Ele destacou que quase 48 milhões de pessoas, mais de 30% da população brasileira, vivem na área jurisdicionada à Sudene, que soma 1,8 milhão de quilômetros quadrados, correspondentes a 20,6% do território nacional.

Francelino comentou que, em razão das características físicas, econômicas, sociais e culturais, o Nordeste tem a dimensão de um país. Nascido na região e dizendo ser um mineiro de coração, Francelino considerou da maior importância que nordestinos e mineiros se unam para



Francelino: mais de 30% dos brasileiros vivem na área da Sudene

louvar os 40 anos de atuação da Sudene. “Vejo o Nordeste se estendendo até o norte de Minas, unidas as duas regiões pela seca, pela teimosia em viver de seu valente povo e pela disposição de enfrentar as adversidades e nelas temperar seu caráter”, afir-

mou.

O senador explicou que a participação de Minas Gerais na Sudene consiste em 121,5 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a 11,2% de toda a área do Polígono das Secas e do Vale do Jequitinhonha. Nesta área, informou, encontram-se 141 municípios e uma população superior a dois milhões de habitantes, divididos em grandes, médias e pequenas cidades.

Francelino Pereira também destacou a inclusão dos municípios do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene, em 1998, fazendo triunfar uma luta de várias décadas. Ele lembrou que, como deputado federal, apresentou em 1963 projeto nesse sentido, o qual foi aprovado, mas vetado pelo então presidente Costa e Silva. Em 1998, o projeto pelo qual ele lutou, ao lado da então senadora Júnia Marise, foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Geraldo Melo recorda o objetivo de desenhar uma política de desenvolvimento regional

“A Sudene é a primeira resposta racional a uma tentativa de compreensão do Nordeste”, afirmou o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na sessão em que o Senado celebrou os 40 anos de criação da instituição. Para o parlamentar, foi a Sudene que propiciou ao Brasil a oportunidade de repensar o Nordeste.

Conforme Geraldo Melo, com a criação da Sudene o Nordeste passou a ser visto não apenas como um pedaço seco do Brasil, uma região atingida por inclemências climáticas ou cujo desenvolvimento estivesse limitado pela irregularidade da disponibilidade de água. Ele explicou que, em sua concepção original, em nenhum momento a Sudene foi imaginada como uma agência para arrecadar recursos deduzidos do Imposto de Renda para distribuí-los a empresas privadas que ali se instalassem.

— A Sudene foi criada para pro-



Geraldo Melo considera que a criação da Sudene foi “a primeira resposta racional a uma tentativa de compreensão do Nordeste”

por uma nova postura no tratamento da região Nordeste. Foi criada para desenhar uma política de desenvolvimento regional, significando naquele momento a ruptura intelectual do país com a simplicidade hídrica do problema nordestino — destacou.

Segundo Geraldo Melo, a partir daquele momento o Brasil passou a olhar o Nordeste como uma região de geografia com características adversas e com estrutura econômica e composição social que

lhe davam, e lhe dão ainda hoje, um perfil especial dentro do país. O senador lembrou que a instituição nasceu num momento em que a renda *per capita* nordestina era inferior a US\$ 100, enquanto a do Brasil situava-se na faixa dos US\$ 350. Ele salientou, porém, que a disparidade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul prossegue, constituindo-se no mais grave problema a ser enfrentado no desenvolvimento econômico do país.

## Alcântara defende reformulação imediata

Ao participar da homenagem do Senado à Sudene, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a imediata reestruturação e redimensionamento da autarquia, além da criação de uma política efetiva de desenvolvimento regional pelo governo federal. Segundo o senador, reformular a Sudene, hoje, “é uma exigência inadiável para que se possa fortalecê-la e, até mesmo, justificar sua existência”.

Após traçar um rápido histórico das atividades do órgão, Alcântara informou que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela superintendência ao longo dos anos, os números confirmam que o Nordeste cresceu com a Sudene, inclusive demonstrando que a economia nordestina tem sido mais dinâmica que a do Brasil. Entre 1990 e 1997, por exemplo, disse ele, a região apresentou crescimento de 3,2%, enquanto o país, como um todo, cresceu 3,1%. O resultado aumentou para 16% a participação nordestina no PIB brasileiro.

— Os incentivos oferecidos pela Sudene sempre foram grandes aliados da economia brasileira. O Fundo de Investimentos do Nordeste, principal mecanismo de financiamento na sua área de atuação, já financiou 2.706 projetos, injetando mais de R\$ 13,6 bilhões na região, gerando 433 mil empregos diretos.

Lúcio Alcântara propôs a retomada do planejamento regional, através de um plano de desenvolvimento com prioridade para a questão social, a articula-



Alcântara pede a adoção, pelo governo, de uma política efetiva de desenvolvimento regional

ção de ações empreendidas com o governo federal e com instituições financeiras oficiais e a elaboração de um programa de convivência com a seca, como formas de fortalecer a Sudene.

Em aparte, o senador Paulo Souto (PFL-BA), ex-superintendente do órgão, disse que este é o momento crucial para o governo federal, Congresso e estados nordestinos reformulem a Sudene. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) registrou encontro que teve com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando foi informado da intenção de se criar a Sudene. E o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que os órgãos de desenvolvimento, principalmente a Sudene e a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), devem combater as desigualdades regionais.

## Suassuna aponta contribuição decisiva para a qualidade de vida

Embora tenha sofrido esvaziamento de recursos e de pessoal, a Sudene, disse o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), contribuiu de forma decisiva para minorar o abismo de desenvolvimento entre as regiões Sul e Nordeste e melhorar a qualidade de vida da população nordestina. Ele lamentou que “muitos desavisados”, vendo o esvaziamento técnico e administrativo da autarquia nos últimos anos, defendam sua extinção.

Para Suassuna, fica claro que a desinformação, quando não o preconceito, é que motiva essa defesa. Ele classificou como falsas afirmações segundo as quais “investir no Nordeste é jogar dinheiro fora”, ou “apesar do que já se investiu, o Nordeste continua na mesma situação de décadas atrás”. Segundo o senador, faltam políticas sérias e duradouras que visem realmente redistribuir a renda e as oportunidades.

— A Sudene prepara-se agora para se transformar em Agência de Desenvolvimento do Nordeste, o que vai lhe conferir maior agilidade, flexibilidade e adequação às mudanças que se operam na economia brasileira e em todo o planeta — disse Suassuna, ao salientar que a instituição e o Nordeste provaram ao Brasil que têm potencial muito grande para contribuir de forma decisiva no processo de integração nacional.



Ney Suassuna vê desinformação nos opositores da Sudene

## Maria do Carmo afirma que houve melhoria dos indicadores da região

Ao homenagear a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pelos seus 40 anos de criação, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) fez um balanço do desempenho da entidade, que, segundo ela, foi de grande importância para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos na região.

Essas melhorias se devem principalmente à capacidade de resposta do Nordeste aos investimentos, disse a senadora, observando que, se os recursos não fossem tão escassos, a Sudene teria papel fundamental na solução do desnível de desenvolvimento entre as regiões.

A senadora defendeu a Sudene de "acusações que têm tido eco em parte da mídia" e que questionam sua austeridade e seu desempenho. Segundo as contas apresentadas por Maria do Carmo, a autarquia custou ao governo menos que a Ferrovia do Aço e menos do que o valor

Maria do Carmo Alves salienta a "capacidade de resposta do Nordeste aos investimentos"



correspondente a 31 quilômetros do metrô de São Paulo. A senadora disse que, em 40 anos, dos R\$ 42 bilhões aplicados pelo Finor, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, apenas R\$ 14 bilhões eram recursos públicos, menos do que o que se gastou em cinco anos do Pro-

er (programa de reestruturação do sistema bancário).

— O que o Nordeste e os órgãos que fomentam o seu desenvolvimento precisam é de prioridade, porque a região tem soluções viáveis para seus problemas — assegurou Maria do Carmo.

Para Machado, com a Sudene o Nordeste entrou na era do planejamento estratégico



## Machado quer Sudene atraindo investimento público e privado

A fundação da Sudene, há 40 anos, colocou o Nordeste na era do planejamento estratégico. A opinião é do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), para quem a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste atendeu à necessidade de integrar as diversas regiões do país no processo de industrialização.

De acordo com o senador, a crise financeira da União na década de 80 provocou um enfraquecimento da Sudene, diminuindo o ritmo de crescimento do Nordeste. Para Sérgio Machado, a instituição é fundamental para o desenvolvimento da re-

gião e precisa funcionar como um complexo econômico, com função de atrair o investimento público e privado, interno e externo.

— Acredito que a Sudene, de mãos dadas com o Banco do Nordeste, os governos estaduais e municipais, as organizações não-governamentais e as comunidades, poderia incentivar projetos segundo o conceito de desenvolvimento local, conforme a "economia da inclusão social", aproveitando e generalizando experiências pontuais bem sucedidas na própria região.

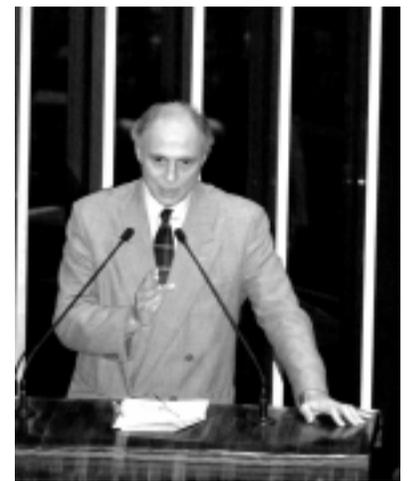
## Suplicy propõe reflexão sobre meios de enfrentar pobreza

Ao saudar os 40 anos da Sudene, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a instituição deve refletir sobre quais os instrumentos mais adequados à elevação da renda daqueles que, principalmente no Nordeste, encontram-se em situações de pobreza absoluta. A redução das desigualdades sociais e regionais através de incentivos fiscais e creditícios, na avaliação do senador, é um modelo que, com o objetivo de gerar empregos, carrou recursos aos que já detinham patrimônio, além de ter sido fonte de desvios.

— Houve estímulo à concentração da renda e da riqueza — afirmou.

Num momento em que o Senado e o país voltam-se para a promoção de instrumentos de combate à pobreza, Suplicy considera fundamental avaliar a experiência da Sudene. Afinal, questionou, por que, após 40 anos de Sudene, o Brasil continua registrando altos índices de desigualdade e de concentração da renda?

Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) repetiu informação dada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) momentos antes — de que a renda *per capita* nordestina, antes da Sudene, representava 27% da renda nacional e, hoje, 58% — para lembrar que a instituição levou desenvolvimento à região e melhoria das condições de vida da população. Foi a Sudene, observou José Alencar, que lhe permitiu instalar a Coteminas no norte de Minas Gerais; depois, 2,3% dos recursos utilizados na implantação de uma segunda fábrica de tecelagem foram do Finor.



Eduardo Suplicy diz que "houve estímulo à concentração da renda e da riqueza"

A partir daí, outras oito unidades industriais foram instaladas, uma delas, na Paraíba, "a maior e mais moderna fábrica de fiação do planeta". Suplicy comentou que José Alencar representa o uso sério dos recursos da Sudene.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a homenagem à Sudene não poderia ser acrílica, reconheceu que ao longo de 40 anos aconteceram problemas graves, mas recusou-se explicitamente a engrossar as fileiras "daqueles que, apologistas das forças ocultas do mercado, se utilizam dos problemas existentes para sustentar propostas de extinção da Sudene e dos fundos constitucionais". O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) registrou seu otimismo em relação à gestão de Fernando Bezerra no Ministério da Integração Nacional e apelou ao governo por uma política de desenvolvimento regional integrado.

## Modernização é desafio, diz Fernando Bezerra

O ministro da Integração Nacional, senador licenciado Fernando Bezerra (PMDB-RN), disse que o seu grande desafio naquela pasta é "atualizar" a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O ministro fez breve discurso ao final da comemoração, pelo Senado, dos 40 anos de criação do órgão, louvando o papel executado pela Sudene em quatro décadas. Chamou a atenção, entretanto, para as mudanças velozes que estão se processando na economia mundial e que acabam por afetar as políticas regionais em cada país.

— Valeu a pena o sonho de Celso



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, durante a homenagem à Sudene

Furtado (formulador e primeiro presidente da instituição) e a visão histórica de Juscelino Kubitschek, mas a Sudene não pode continuar apenas administrando incentivos fiscais — afirmou Fernando Bezerra.

Segundo o ministro, o órgão precisa se modernizar e exercer liderança política, a fim de que o Brasil evite o risco da desestabilização política em função das disputas surgidas nos últimos anos devido às "brutais desigualdades regionais".

## ACM: Nordeste merece estímulo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu o fortalecimento da Sudene e a adoção, pelo governo federal, de maiores estímulos ao desenvolvimento da região. Ele advertiu para a necessidade de redução das desigualdades que ainda existem no país.

— O Nordeste tem que crescer, se industrializar e se tornar uma região forte como o Sul e o Sudeste — disse o senador ao final da homenagem prestada aos 40 anos de fundação da Sudene.

Antonio Carlos afirmou que a instituição não dispõe hoje dos mecanismos necessários para agir na região e merece reformulações para aperfeiçoar sua atuação. Para ele, a superintendência precisa se modernizar, para que não seja apenas "um órgão a mais na estrutura administrativa do país".

— A ser assim, é melhor que não exista — disse.

De acordo com ACM, a Sudene exerceu importante papel no passado, sendo responsável, por exemplo, pelo surgimento do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Além disso, opinou, a instituição evitou ainda maior queda no padrão de vida das populações nordestinas. Ele chamou atenção para o fato de que o Nordeste cresce pouco economicamente em relação ao restante do país, e que necessita receber um tratamento especial.

O senador citou como exemplo de projeto bem sucedido ligado à Sudene a atividade empresarial do senador José Alencar (PMDB-MG), cuja primeira fábrica de tecidos foi financiada com recursos da superintendência.

— José Alencar é um exemplo vitorioso de empresário da Sudene e do Nordeste — disse Antonio Carlos, que elogiou ainda o senador Paulo Souto (PFL-BA), que foi superintendente da Sudene e governador da Bahia, como exemplo de administrador.

# Governo deve anunciar reativação da Sudeco

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste faz parte de um pacote de mudanças que será divulgado na terça-feira, disse técnico do Ministério da Integração à comissão que analisa a MP dos fundos regionais

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, deverá anunciar na próxima terça-feira a reformulação dos fundos constitucionais de financiamento, que inclui a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Foi o que informou ontem pela manhã o secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Ricardo Nunes de Miranda, durante audiência pública promovida, no Auditório Petrônio Portella, pela comissão mista formada para analisar a Medida Provisória 1.988, que dispõe sobre os fundos regionais.

— A nova Sudeco deverá ser um elemento de aglutinação das forças sociais e políticas da região — afirmou ele. As principais mudanças trazidas pela MP 1.988 são o estabelecimento de taxas fixas de juros, que variam de 9% a 16%, dependendo da capacidade do tomador do empréstimo, e a instituição de um “gatilho” para indexar a prestação à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) toda vez que o índice acumulado superar os 30% anuais. Ricardo Miranda acrescentou que, nos dez anos de existência dos fundos, o Tesouro Nacional repassou um total de R\$ 16 bilhões. Desse total, disse o secretário, somente R\$ 10 bilhões foram aplicados. O restante teria sido corroído em virtude dos altos índices de inflação que prevaleceram até 1994.

A decisão do governo federal de criar o Ministério da Integração Nacional demonstra, de acordo com Miranda, a determinação de formular uma política pública para integrar as diversas regiões. Miranda afirmou ainda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve repensar a forma de aplicar seus recursos, investindo mais em regiões menos dinâmicas economicamente.



Ricardo Nunes de Miranda afirmou que “a nova Sudeco deverá ser um elemento de aglutinação” da região Centro-Oeste

Em debate realizado ontem no Auditório Petrônio Portella, os parlamentares também ouviram representantes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia

## Tebet elogia decisão e destaca potencialidades do Centro-Oeste

O presidente da comissão mista que examina a medida provisória que altera os fundos constitucionais de financiamento, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), qualificou como “excelente” a idéia do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, de recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Ramez Tebet, lembrando que a região Centro-Oeste representa um quarto da área total do território brasileiro, destacou as suas potencialidades. Na opinião do parlamentar, o Centro-Oeste, antes de ser um problema, “pode ser uma solução para o Brasil”.

O senador por Mato Grosso do Sul, estado atendido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), afirmou que a audiência



Ramez Tebet lembrou que foi o último presidente da Sudeco

pública realizada pela comissão “é o mais importante e oportuno” encontro que se realiza sobre os fundos constitucionais desde que eles passaram a ter juros fixos.

No entender de Tebet, os fundos, destinados a diminuir as desigualdades regionais, até hoje não atingiram seus objetivos, “principalmente por conta dos elevados encargos financeiros”. Por isso, considera a medida provisória um avanço. O texto, pensa ele, ainda deverá ser melhorado com as emendas a serem apresentadas no âmbito da comissão. O senador lembrou sua participação na história do FCO: foi membro da Constituinte, foi o último presidente da Sudeco (extinta pelo governo Collor) e hoje é presidente da comissão mista que analisa a medida provisória que dispõe sobre os fundos.

## Medida provisória pode trazer benefícios para a agricultura

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa do Espírito Santo, disse que a MP que institui juros fixos para os fundos regionais vai ao encontro do pensamento do ministro Pratini de Moraes, que tem defendido exatamente a instituição de taxas fixas para a agricultura. “Os fundos constitucionais são vistos nessas regiões como um importante veículo para linhas de crédito que permitam modernizar a agricultura. Deve-se buscar a democratização desses recursos nas regiões”, afirmou o secretário.

O coordenador de políticas agrícolas do Ministério da Fazenda, Eduardo Leão, afirmou que a medida provisória poderá contribuir para diminuir a instabilidade na agricultura, além de manter os fundos constitucionais. “A desindexação é uma das maiores conquistas do país, possível graças ao processo de estabilidade”, observou ele. Na presidência da reunião, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que a medida provisória será reeditada amanhã e deve ser votada pela comissão na semana que vem.



Jonas Pinheiro

## Para técnicos, os resultados dos fundos já são bastante expressivos

A medida provisória que modifica os fundos constitucionais foi considerada um avanço pelos participantes da audiência pública realizada ontem. Técnicos ligados aos bancos oficiais também destacaram os bons resultados já produzidos pelos fundos, enquanto representantes de confederações patronais fizeram sugestões para aperfeiçoar o financiamento às atividades produtivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O superintendente-executivo da unidade estratégica de negócios rural e agroindustrial do Banco do Brasil (BB), Biramar Nunes Ferreira, disse que o Congresso foi “muito feliz” ao criar os fundos regionais, há 11 anos. “Hoje, já se vê a diferença”, afirmou. Biramar ressaltou que, há três anos, Goiás era o sexto produtor de leite do Brasil. “Hoje é o segundo, já passou São Paulo”, informou, creditando a mudança à alavancagem de desenvolvimento trazida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Ferreira citou ainda o caso da empresa Perdigão como exemplo do desenvolvimento gerado pelo FCO. “Ela decidiu vir para Goiás não só por ser uma área adequada para a agricultura, mas também por ter como diferencial a existência do FCO. Dos R\$ 550 milhões investidos no empreendimento, R\$ 110 milhões são do FCO. Além da Perdigão, outras 11 empresas vêm para o estado por

causa desse empreendimento”, afirmou ele.

O economista Osmundo Rebouças, do Banco do Nordeste, lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste cresceu cinco vezes nos últimos 40 anos. “Nos últimos dez anos, grande parte desse crescimento se deveu à ação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)”, disse.

O representante do Banco do Nordeste informou que o banco tem 174 agências e que, anteriormente, os recursos do FNE eram responsáveis por 82,7% dos recursos da instituição. “Hoje, representam apenas 26% porque temos novas fontes de recursos, como os eurobônus e as linhas de crédito do BNDES”, informou. Segundo Osmundo Rebouças, apenas 16% dos empréstimos vão para grandes tomadores.

Hélio Graça, representante do Banco da Amazônia (Basa), entidade que administra o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), afirmou que o banco é o principal aplicador de fomento na região. “A aplicação dos fundos deve ser direcionada para os pequenos e micros. Nossa principal preocupação é aplicar nas atividades que contribuam para o desenvolvimento da região”, assinalou.

Os representantes das confederações da indústria, do comércio e da agricultura apontaram algumas falhas a serem corrigidas na MP. Uma das sugestões é que as novas condições de financiamento sejam estendidas àqueles que já contrataram empréstimos no passado.

## Dotação para o Ministério da Saúde chega a R\$ 19,6 bilhões

O Ministério da Saúde deverá contar, no ano 2000, com recursos da ordem de R\$ 19,6 bilhões, equivalentes a 16,2% do Orçamento da Seguridade Social para este ano. O valor está previsto em relatório setorial aprovado ontem pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Segundo o deputado Pedro Henry (PSDB-MT), autor do relatório, esse valor corresponde a 1,8% do PIB estimado pelo governo em R\$ 1,07 trilhão.

De acordo com o documento, o orçamento deste ano para o Ministério da Saúde inclui 187 ações agrupadas em 43 programas, destacando-se, em termos de volume de recursos, o de saúde da família, com R\$ 2,5 bilhões (12,6% das verbas). Os gastos com prevenção e controle de doenças (Aids, dengue, malária, câncer, hanseníase e outras) atingem o montante de R\$ 1,7 bilhão (8,6%), enquanto as despesas previstas com saneamento básico e qualidade e eficiência do SUS, onde se concentra a maior parte dos investimentos no setor, totalizam R\$ 556,7 milhões (2,8%).

A votação do relatório foi precedida de uma reunião de duas horas no gabinete do relator-geral do Orçamento, deputado Carlos Melles (PFL-MG). O relator setorial da área "Saúde" e as lideranças dos partidos procuravam um ponto de entendimento no que se refere ao valor *per capita* dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) por região. De modo diferente do que está na proposta do Executivo, os parlamentares reivindicam que nos estados mais pobres esses valores deveriam ser maiores.

No entanto, Pedro Henry argumentou que um acordo entre as lideranças, firmado no início das discussões do projeto de Orçamento, o havia impedido de adotar critérios diferentes daqueles da proposta original. Os líderes só desistiram de obstruir a votação do relatório setorial depois que o relator garantiu que se empenharia para obter um reforço de R\$ 1,6 bilhão junto ao relator-geral. Com esses recursos Pedro Henry pretende que o SUS pague R\$ 64,25 *per capita*, em todas as regiões.

Conforme o documento, verifica-se que a proposta orçamentária deste ano para a Fundação Oswaldo Cruz diminuiu 42,7%, em comparação a 1999. Henry acredita a queda às despesas com precatórios fixados no Orçamento de 1999. A Fundação Nacional de Saúde também sofreu redução na proposta para este ano. O valor foi R\$ 384 milhões abaixo daquele autorizado para 1999, o que representa um decréscimo de 14,5%. Já o Fundo Nacional de Saúde (FNS), embora com a menor queda relativa no montante alocado (3%), foi a unidade que, em termos nominais, sofreu maior perda: R\$ 524 milhões.

# Comissão muda proposta do governo e dá mais R\$ 779 milhões para rodovias

Acréscimo na dotação a toda a área de transportes chega a R\$ 1,006 bilhão. Foi a alteração mais significativa na proposta de Orçamento enviada ao Congresso pelo Executivo

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou no final da noite de quarta-feira, depois de longo debate, a maior mudança na proposta de Orçamento deste ano enviada ao Congresso pelo Executivo. A área de transportes recebeu um acréscimo de R\$ 1,006 bilhão, dos quais R\$ 779 milhões destinados aos programas de construção e recuperação de rodovias, sob a responsabilidade do DNER.

Com a mudança proposta pelos deputados e senadores, os investimentos rodoviários neste ano aumentarão 29,5%, comparando-se com 1999. O governo queria um corte de 14% nestes gastos. No final, o DNER deverá aplicar neste ano R\$ 2,31 bilhões, contra R\$ 1,78 no ano passado.

O acréscimo foi possível porque o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, enviou carta à Comissão de Orçamentos informando que sua área terá uma



Comissão buscou na arrecadação das multas em rodovias federais e na reestimativa da arrecadação os recursos para custear o acréscimo na dotação para transportes

arrecadação adicional de aproximadamente R\$ 700 milhões provenientes da fiscalização, a quase totalidade decorrente de multas aplicadas em rodovias federais. Na proposta orçamentária, o governo não previa esta arrecadação.

O relator-geral, deputado Carlos Mel-

les (PFL-MG), considerou a previsão do ministro otimista e autorizou o sub-relator da área "Infra-Estrutura", deputado José Priante (PMDB-PA), a alocar R\$ 306 milhões das multas. Além disso, o relator-geral decidiu repassar outros R\$ 700 milhões aos projetos de infra-estrutura,

provenientes de uma reestimativa, para mais, da arrecadação federal. Assim, o setor acabou recebendo R\$ 1,006 bilhão além do inicialmente previsto.

O sub-relatório "Infra-Estrutura" aprovado abrange os ministérios dos Transportes, de Minas e Energia e das Comunicações e seus órgãos e empresas estatais, cujos orçamentos somarão neste ano R\$ 16,3 bilhões. O sub-relator, José Priante, não concordou com qualquer mudança nos orçamentos de investimentos das estatais, aceitando 245 emendas basicamente na área rodoviária.

De qualquer forma, as estatais ligadas a estes três ministérios investirão R\$ 8,2 bilhões, sendo R\$ 5 bilhões da Petrobras e R\$ 2,8 bilhões do Sistema Eletrobrás. Por

causa da privatização, o Executivo não gastará com investimentos em telecomunicações ou com transportes ferroviários. O governo prevê ainda investimentos de R\$ 262 milhões na modernização e implantação de transportes metropolitanos de passageiros em sete estados.

## Nova distribuição de verbas para casa e saneamento tem apoio

Durante a discussão e votação do sub-relatório do Orçamento que trata de "Planejamento e Desenvolvimento Urbano", deputados dos partidos de oposição aplaudiram a iniciativa do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), de adotar critérios claros para distribuição de verbas dos programas de saneamento e habitação do governo, conhecidos por Morar Melhor, Saneamento é Vida e Nosso Bairro.

Eduardo Siqueira Campos decidiu alterar as destinações escolhidas pelo

Executivo e redistribuí-las com base no número de habitantes do estado e no inverso da renda *per capita*, ou seja, quanto mais pobre o estado, maior sua dotação proporcional.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) classificou o sub-relatório de "decente, por respeitar o povo brasileiro", destacando que o senador do Tocantins cumpria ao pé da letra a Constituição, segundo a qual a União deve redistribuir a renda dentro da Federação. Um dos coordenadores governistas na Comissão Mista de Orçamento,

Eduardo Siqueira Campos é autor do sub-relatório elogiado pelos parlamentares

deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), observou que Eduardo Siqueira Campos, ao adotar tais critérios, fez com que todos saíssem da reunião "com a certeza de que ninguém garfou ninguém". No exercício da presidência da comissão, o petista João Coser (ES) também elogiou o sub-relatório.



## Votação de sub-relatórios chega ao fim. Só faltam os destaques



Gilberto Mestrinho pretende encerrar no dia 29 o exame do Orçamento na comissão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o último dos dez sub-relatórios em que foi dividido o Orçamento deste ano, restando apenas a votação de destaques que os parlamentares apresentaram aos assuntos "Infra-Estrutura" e "Saúde", o que ocorrerá na tarde da próxima quarta-feira. A seguir, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), consolidará tudo o que foi aprovado de forma separada em apenas um documento, o qual deve ficar pronto até o dia 21.

O presidente da comissão, sena-

dor Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu com os líderes e os relatores que o documento final começará a ser discutido no dia 25 próximo, permitindo que a última votação ocorra no dia 29. A seguir, o projeto orçamentário será submetido à votação do Plenário do Congresso.

Por lei, enquanto os parlamentares não votam o projeto de Orçamento da União, o Executivo fica autorizado a liberar dois meses de gastos, tendo como base a proposta enviada ao Congresso, evitando que a máquina governamental seja paralisada.

No projeto enviado ao Congres-

so, o governo prevê que arrecadará neste ano R\$ 229,2 bilhões, enquanto as despesas ficarão em R\$ 200,8 bilhões, gerando um superávit primário de R\$ 28,4 bilhões (sem contar gastos com juros da dívida).

O relator-geral, assessorado por especialistas do Congresso, está reestimando a arrecadação, sob o argumento de que o governo não pôde considerar toda a inflação do segundo semestre de 1999, pois a proposta teve de ser enviada aos parlamentares até 31 de agosto. A idéia é redistribuir a arrecadação adicional, mantendo em termos percentuais o superávit primário.

# Senadores defendem alterações na Lei Pelé

Parlamentares são contrários à transformação dos times de futebol em empresas. “Esse dispositivo é um absurdo, não é democrático nem constitucional”, diz Maguito Vilela, relator da MP que trata do assunto

O relator da comissão mista do Congresso que analisa a medida provisória (MP) que altera a Lei Pelé, senador Maguito Vilela (PMDB-GO) admite que já é “praticamente consensual” na comissão o fim da obrigatoriedade de os clubes se transformarem em empresa. “Esse dispositivo é um absurdo. A imposição não é democrática nem constitucional”, afirmou.

A opinião do relator foi compartilhada pelos senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Álvaro Dias (PSDB-PR), que integram a comissão mista e também se mostraram preocupados com a possibilidade de cartelização do futebol nacional.

Cabral pediu ao relator que inclua mecanismos capazes de impedir a concentração da propriedade de

do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na opinião de Álvaro Dias, o arti-

existem empresas suficientes para patrocinar a todos.

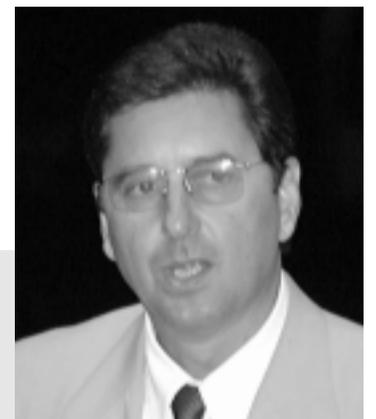
— Muitos clubes estarão fadados a papéis secundários no futebol nacional. Esse dispositivo é uma agressão à autonomia dos clubes e entidades esportivas — afirmou o senador pelo Paraná, ao pedir que seja realizada uma “Constituinte” para rever a legislação esportiva nacional.

A duração do contrato com os jogadores, ampliada pela MP de dois para quatro anos, também foi abordada pelos senadores.

Maguito disse que os clubes devem ser incentivados a manter escolinhas de futebol, pois essa atitude “tem um importante caráter



Debate na comissão mista teve grande participação de deputados e senadores



Maguito: restrições à transformação obrigatória de clubes em empresas é “praticamente consensual”

clubes de futebol em seu relatório final. Para Maguito, o país já possui instrumentos para garantir a competição entre as empresas, por meio

do go 90 da MP, que limita a propriedade de times de futebol, pode “significar a morte” de muitos clubes nacionais, pois, na sua avaliação, não

Maguito disse que os clubes devem ser incentivados a manter escolinhas de futebol, pois essa atitude “tem um importante caráter

social”. Leomar Quintanilha argumentou que o passe do atleta com prazo reduzido penaliza os clubes que investem na formação de atletas.

## Zico será o próximo depoente

O ex-jogador Zico será ouvido na próxima terça-feira pela comissão que analisa a MP que altera a Lei Pelé e institui a taxa de autorização do bingo. Zico, ou Arthur Antunes Coimbra, destacou-se como jogador de futebol, foi secretário dos Esportes no governo Collor e hoje é dirigente do clube de futebol CFZ do Rio.

Na quinta-feira, os deputados e senadores da comissão tomam os depoimentos de representantes de associações de bingos de São Paulo, Minas e Distrito Federal.

Por requerimento apresentado pelo relator da comissão, senador Maguito Vilela, a comissão ouvirá ainda, em data a ser marcada, os presidentes da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e da Federação Metropolitana de Futebol do Distrito Federal, Weber Magalhães.

Os dirigentes deverão relatar os problemas enfrentados por entidades que organizam campeonatos grandes e prestigiados, por um lado, e pequenos e com pouco público, por outro.

## Presidente da CBF diz que muitos clubes não poderiam sobreviver como empresas

Em depoimento à comissão mista que examina a MP que altera a Lei Pelé, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, também sugeriu que a legislação, em vez de obrigar, faculte ao clube a transformação em empresa. Para ele, entre os mais de 650 clubes profissionais do Brasil, alguns poderão se tornar empresas bem-sucedidas, mas outros serão meras “empresas de fundo de quintal”, sem condições de sobrevivência.

Quando à determinação da Fifa que veda a propriedade de mais de um clube pela mesma empresa, ele interpreta que o dispositivo deve se restringir aos departamentos de futebol. Segundo ele, no Brasil, os clubes, diferentemente do que acontece na Europa, têm cunho social,



Ricardo Teixeira recomendou muita atenção com a regulamentação da nova lei

apoiando o esporte amador como um todo. “Acredito que o departamento de futebol de um clube não possa ser comandado pela mesma empresa que comanda o departa-

mento de futebol de outro clube”, declarou.

Teixeira aproveitou o tema para afirmar que dificilmente poderia haver qualquer tipo de acerto de resultados no futebol nacional. “Não posso aceitar essa tese. A paixão clubística no Brasil é uma coisa muito arraigada”, justificou.

Teixeira considerou a liberação do passe do jogador depois de dois anos de contrato prejudicial à estrutura do futebol nacional. Para ele, há falta de informação sobre o assunto, pois, na Europa, o passe foi substituído pela multa contratual.

Ele pediu atenção para com a regulamentação da nova legislação, pois, argumentou, os decretos formulados pelo Executivo podem causar mais problemas ao esporte do que uma lei.

## Dirigente admite descumprimento de decreto

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, admitiu que a CBF não cumpre o dispositivo do decreto regulamentador da Lei Pelé, pelo qual os contratos dos jogadores de futebol não podem ser registrados pela entidade que comanda o esporte.

Em resposta ao deputado Dr. Rosinha (PT-PR), Teixeira criticou a legislação, pois “significaria a imediata perda dos passes de todos os jogadores brasileiros”. Segundo ele, o registro dos jogadores na CBF é o único meio que clubes estrangeiros têm

para se informar sobre os vínculos dos jogadores brasileiros com os clubes nacionais.

Teixeira disse ainda ao deputado que não concorda com a proposta de a CBF destinar parte de sua arrecadação para apoiar o esporte amador. “A CBF tem que cuidar dos problemas dos clubes, muitos deles em grave situação financeira”, disse.

O deputado Zezé Perrella (PFL-MG) acredita que as parcerias firmadas pelos times nacionais com empresas estão sendo “deturpadas”, por ameaçarem tirar dos clubes a sua auto-

nomia com relação ao futebol.

Para o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), é preciso evitar a cartelização e a manipulação de resultados. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) questionou se o prazo de quatro anos para a propriedade do passe do jogador de futebol, como expresso na MP, é apropriado. Para ele, o tempo definido pela Lei Pelé (dois anos) é curto, mas não deve ser tão longo, a ponto de não oferecer ao jogador a possibilidade de negociar seus contratos quando em boa condição física.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Unip: Alergia. 3ª parte  
6h30 — Debate: Senador Freitas Neto e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam sobre o desenvolvimento do Vale do Paraíba  
7h25 — Senado em Pauta  
7h30 — Entrevista: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre o funcionamento do Senado  
7h55 — Senado em Pauta  
8h — Jornal do Senado  
8h30 — TV Escola Educação Ambiental: Crescimento Urbano  
8h55 — Senado em Pauta  
9h — Sessão Plenária (vivo)  
13h30 — Debate: Senador Geraldo Althoff e o senador Pedro Piva falam sobre o limite dos gastos dos municípios  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 — Entrevista: Senador Osmar Dias fala sobre a prevenção e fiscalização da poluição das águas  
19h30 — Debate: Senador Freitas Neto e o presidente da Codevasf, Airson Lócio, falam sobre o desenvolvimento do Vale do Paraíba  
20h30 — Entrevista: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre o funcionamento do Senado

21h — Jornal do Senado

21h30 — Consulta Marcada: A nutricionista Denise Coitinho fala sobre alimentação saudável  
22h30 — Teatro Arthur Azevedo: Show com a Orquestra de Contrabaixos  
0h — Filme: Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
9h — Plenário do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — A voz do Brasil  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

## PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os legislativos municipais	Jefferson Pères (PDT-AM)	A matéria foi aprovada, em segundo turno, dia 2/2. A proposta aguarda promulgação
PEC 67/99 (em conjunto com a PEC 96/99)	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado substitutivo na CCJ em 9/2. Primeiro dia de discussão em primeiro turno hoje, dia 11/2
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	Quinto e último dia de discussão em primeiro turno hoje, dia 11/2
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais	Edison Lobão (PFL-MA)	Aguarda audiência pública proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares
PEC 96/99 (em conjunto com a PEC 67/99)	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado substitutivo na CCJ em 9/2. Primeiro dia de discussão em primeiro turno hoje, dia 11/2
PLS 614/99 (em conjunto com PLSs 292/99 e 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição; regulamenta transporte e porte de armas de fogo	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ	Relatores na CRE e CCJ apresentaram substitutivo
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Pères (PDT-AM)	Aguarda parecer da CCJ para a Emenda nº 1
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aprovado parecer na reunião da CCJ do dia 10/2. A matéria segue para o Plenário
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Comissões aguardam a apresentação de pareceres
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovado na sessão do dia 11/2. Seguiu para sanção presidencial
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CAE; Relator na CI; Roberto Saturnino (PSB-RJ)	Tramita na CI. Será encaminhada depois para a CAE
PLC 63/99	Trata do regime de previdência complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), na CCJ	Aprovado parecer favorável da CCJ ontem. Segue para a CAS. Ney Suassuna solicitou apreciação da matéria na CAE
PLC 1/2000	Dispõe sobre as relações entre União, estados, Distrito Federal e municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	José Fogaça (PMDB-RS), na CCJ Falta indicação de relator na CAS	Consta da pauta da CCJ do dia 16/2
PLC 3/2000	Estabelece a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Bernardo Cabral (PFL-AM), na CCJ; aguarda relator na CI	Foi aprovada vista coletiva aos senadores na reunião da CCJ do dia 9/2. Tramita também na CI
PEC 4/2000	Propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Parecer aprovado na reunião da CCJ do dia 9/2. Segundo dia de discussão em primeiro turno hoje, dia 11/2
PLC 37/96	Dispõe sobre a prevenção, o controle, a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional	Osmar Dias (PSDB-PR), na CAS; Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CCJ	Parecer aprovado na CAS em 1998. Audiência pública realizada dia 2/2. Plenário encaminhou novamente para a CCJ, na sessão do dia 8/2

OBS.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

# Cabral defende anistia fiscal para microempresários

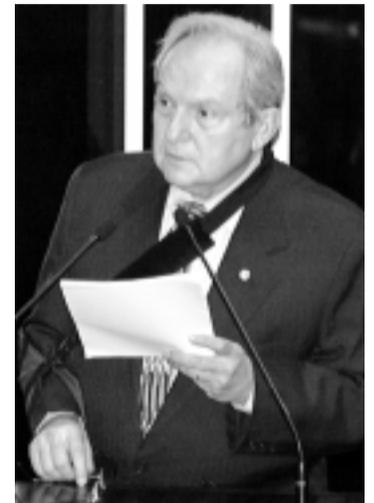
Senador lamenta que burocracia facilite a vida apenas dos que se servem da corrupção

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu ontem ao governo federal uma anistia fiscal para os microempresários, segundo ele “vítimas de uma burocracia que facilita apenas a vida dos que se servem da corrupção para construir fortunas, emperrando a atividade produtiva dos que desejam trabalhar para enriquecer e gerar impostos”. Ele fez um apelo ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para que tome “medidas urgentes em favor dos microempresários”.

A Receita Federal, na opinião do senador, burocratiza o segmento empresarial brasileiro, “privando um grande número de cidadãos dos direitos líquidos e certos para praticar atos de comércio”. Para resolver seus problemas, observou, o contribuinte comparece às unidades da Receita, “que o obriga a ficar um dia inteiro em filas, muitas vezes sem conseguir ser atendido”.

— O valor da dívida não representaria atualmente nem R\$ 1 mil, na maioria dos casos, sendo que o grande universo desses devedores está representado por pessoas idosas, viúvas carentes, microempresários falidos, alguns até falecidos, outros desempregados, aguardando apenas uma anistia fiscal para retornar ao mundo da cidadania — frisou.

Cabral se disse convencido de que a



Cabral acha que a baixa de processos irre recuperáveis traz mais lucros para o poder público

baixa de processos irre recuperáveis, o enxugamento de papéis sem resultado para o erário, a economia processual e a desintoxicação das procuradorias da Fazenda Nacional trariam mais lucros para o poder público.

Para o senador, o atual sistema econômico-fiscal integrado, formado entre a Receita Federal e algumas secretarias estaduais e municipais do país, “está complicando e destruindo a vida empresarial brasileira”.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou o pronunciamento de Bernardo Cabral.

## Pontes pede linha de crédito para produtores de caju

A abertura de linhas de crédito a juros especiais aos produtores de caju foi solicitada pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) ao governo federal e, em especial, ao Ministério da Agricultura. O senador argumentou que a medida é necessária para que os estados nordestinos não vejam a cultura do caju ter o mesmo destino dos ciclos da mamona, carnaúba, oiticica e algodão.

O setor, que gera 300 mil empregos diretos e indiretos, informou o senador, está agonizante por causa da improdutividade dos pomares de cajueiros comuns e do esgotamento do solo da região, e precisa aumentar sua produtividade por meio da substituição dos cajueiros comuns por cajueiros anões. Luiz Pontes lembrou ainda, em defesa da oferta de financiamentos acessíveis aos produtores, a importância da cultura na pauta de exportações do país.

— Queremos as mesmas condições dadas aos produtores de cacau da Bahia, que conseguiram uma linha de crédito de R\$ 300 milhões para salvar a cultura cacauzeira — reiterou.



Pontes reivindica para os produtores de caju as mesmas condições dadas aos cacauicultores da Bahia

# Cândido homenageia PT no seu 20º aniversário

“PT mexeu com a cabeça de uma parcela da esquerda que havia chegado do exílio e dos que resistiram à ditadura”, afirma o senador fluminense

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao discursar ontem em comemoração ao 20º aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), afirmou que o PT foi criado baseado nos valores anticapitalistas, com uma definição genérica pelo socialismo e com base social compreendendo o proletariado urbano e rural, além de setores da pequena burguesia, intelectualidade, juventude e maiorias oprimidas ou marginalizadas.

Lembrando que uma das primeiras palavras de ordem do PT, há vinte anos, era “um partido de peões, sem patrões”, Geraldo Cândido enfatizou que, à época de sua fundação, o PT “mexeu com a cabeça de uma parcela significativa da esquerda que havia chegado do exílio e daqueles que resistiram e so-



Geraldo Cândido lembrou palavra de ordem em 1980: “Um partido de peões, sem patrões”

breviveram à ditadura”:

– Todos tinham uma expectativa muito grande com relação à criação de uma organização política que representasse os anseios da maioria explorada. Naquela

época, pensamos em criar um partido com uma forte tendência revolucionária. Um partido de massas de caráter socialista, mesmo com uma composição que envolvesse diversos setores políticos e sociais – acrescentou.

Cândido não concorda com os chamados “setores moderados” do PT, que, segundo ele, atuam exclusivamente numa lógica institucional, deixando em segundo plano a luta de massas. De acordo com o senador, a concepção desses setores é a de acreditar no processo eleitoral como única solução para a classe trabalhadora:

– É uma ilusão. Só a organização, conscientização e luta da classe trabalhadora podem romper com a dominação da burguesia e questionar as mazelas do sistema capitalista – frisou.

## Maldaner elogia “vanguardismo” de laboratório de ensino a distância em SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou ontem “o êxito e o vanguardismo” do Laboratório de Ensino a Distância (LED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pioneiro na pesquisa, desenvolvimento e produção de novas tecnologias para o uso educacional. Estava presente no Plenário, durante o pronunciamento de Maldaner, o reitor da UFSC, professor Rodolfo Luz.

Criado em 1995, o LED permitiu que a UFSC, em parceria

com a Equitel, empresa do grupo Siemens, oferecesse a 35 engenheiros de Curitiba o primeiro curso de mestrado a distância no país, informou o senador. No ano seguinte, acrescentou, 22 engenheiros da Petrobras iniciaram pelo LED um mestrado em Logística.

Ainda segundo Maldaner, em 1998 o LED criou também, em parceria com o Senai, o primeiro curso de especialização usando a Internet como mídia interativa, que levou à parceria com o Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar), para um curso na área de Engenharia de Produção, e com a Siemens, para um curso de especialização em Ergonomia.

Confessando “uma ponta de inveja”, Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que espera poder registrar a contribuição de uma universidade federal para o desenvolvimento do Tocantins, “o único estado que não tem uma universidade federal”. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também apoiou a iniciativa de Maldaner.



Maldaner: Universidade Federal de Santa Catarina obteve bons resultados

## Camata pede voto de pesar para benemerita capixaba

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) requereu o envio de voto de pesar do Senado à família de Maria Luísa Misságia Serrão, que faleceu no último dia 7 de fevereiro. Conhecida como “Maísa”, ela dedicou a vida à filantropia, trabalhando como voluntária no Asilo dos Velhos de Guarapari (ES), Hospital Infantil, Hospital das Clínicas e Associação Capixaba de Combate ao Câncer Infantil.

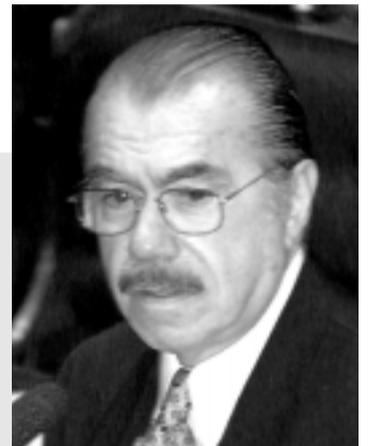


Gerson Camata

## Sarney lembra morte de brasilianista francês

A morte do intelectual francês e brasilianista (especialista em assuntos brasileiros) Jean Orecchione foi lembrada ontem em Plenário pelo senador José Sarney (PMDB-AP). Orecchione era um apaixonado pela Língua Portuguesa, tendo traduzido diversos livros para o francês, entre eles obras do próprio Sarney. “Tive o prazer de pertencer ao círculo de amigos de Orecchione”, disse o senador.

Conforme Sarney, o brasilianista falava impecavelmente o Português e escrevia como se tivesse nascido e se criado em Portugal ou no Brasil, onde chegou em 1951 para um período de pesquisas no Nordeste. Em 1955 fixou-se em Portugal. Só retornaria à França no início da década de 70



Sarney foi amigo de Orecchione e disse que ele falava e escrevia em Português “impecavelmente”

para “tornar-se o melhor tradutor de literatura portuguesa” naquele país.

## Maguito critica empresas aéreas por cortar comissões das agências

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez um apelo às companhias aéreas brasileiras para que revejam a decisão de diminuir, de 9% para 6% do valor das passagens, a comissão destinada às agências de viagem pela venda de passagens. “O corte irá inviabilizar o funcionamento de milhares de pequenas empresas, com o conseqüente aumento do desemprego no país”, enfatizou.

Segundo Maguito, a decisão da Varig, TAM e Transbrasil foi tomada unilateralmente, sem qualquer aviso prévio. Somente a Vasp não participou do acordo. “Essas companhias, que prestam um serviço ‘para lá de duvidoso’, não vão tirar das agências para repassar o benefício ao consumidor. Essa diferença irá engordar seus lucros”, argumentou.



Maguito recordou que venda das passagens representa 70% do rendimento das agências

A venda de passagens, conforme o senador, representa 70% do rendimento das agências de viagem. “São elas que correm atrás dos clientes e fazem a ponte com hotéis. Não é justo que tenham sua principal fonte de renda cortada, sem que haja qualquer ne-

gociação. Minha maior preocupação é com o desemprego”.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que os presidentes da Vasp, Varig, TAM e Transbrasil, Infraero e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista, deverão ser ouvidos em audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, nas próximas semanas, para debater os problemas da aviação civil no país.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o corte causou mal-estar no setor de turismo, especialmente em estados onde essa indústria é forte, como é o caso da Bahia, Ceará e Santa Catarina. Ele conclamou as partes para sentarem à mesa de negociação para debater a questão.